



GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU

A Gestão do Conhecimento e os Novos Modelos de Universidade

Florianópolis – Santa Catarina – Brasil
3, 4 e 5 de dezembro de 2014.

ISBN: 978-85-68618-00-4

DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL (UAB)

Danilo de Melo Costa

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

danilomct@gmail.com

Cláudio Heleno Pinto da Silva

Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

claudiohps@gmail.com

Daniela Costa Vecchia

Centro Universitário UNA

vecchia.daniela@yahoo.com.br

RESUMO

A UAB tem por objetivo suprir uma demanda educacional do país, por meio da democratização da educação. Contudo, há uma discussão entre a efetividade destes programas, mais especificamente sobre os aspectos quantitativos e qualitativos do programa. Diante deste contexto, o artigo teve como objetivo apresentar uma análise crítica sobre a UAB. Em relação ao método, a pesquisa foi classificada como exploratória, com uma abordagem qualitativa, sendo ainda classificada como documental e bibliográfica. Os resultados apontam que a expansão da educação superior a distância no Brasil cumpre um importante papel social, porém é necessário que esta expansão seja feita com qualidade. Além do mais, deve se conceder maior ênfase na avaliação das Tutorias e na equipe multidisciplinar responsável pela condução deste processo.

Palavras-chaves: Universidade Aberta do Brasil. UAB. Educação Superior no Brasil. Educação à distância. Expansão da Educação Superior. Políticas públicas

ABSTRACT

UAB has for objective supply an education demand in Brazil, through the education democratization. However, there's a discussion among the effectiveness of these programs, more specifically on the quantitative and qualitative aspects of the program. Before this context, the article had as objective presents an analysis it criticizes UAB. In relation to the method, the research was classified as exploratory, with a qualitative approach, still classified as documental and bibliographical research. The results appear that the expansion of the superior education in the distance modality in Brazil accomplishes an important social paper, however it's necessary that this expansion is made with quality. As well as, it owes if to give larger emphasis in the evaluation in Tutorial and in a multidisciplinary team responsible for the educational process.

Keywords: Open University of Brazil. UAB. Superior education in Brazil. Distance Education.

1 INTRODUÇÃO

O Sistema da Universidade Aberta do Brasil (UAB), implementado em 2005, representa a convergência do empenho das instituições participantes do Fórum das Estatais pela Educação para criar bases para a primeira universidade aberta do país, a qual teve sua consolidação por meio de amplos e democráticos debates, interlocutados pelo Governo Federal, estatais, Andifes e empresas públicas (PACHECO, 2010). A UAB faz parte de um conjunto de políticas públicas desenvolvidos pelo Governo Federal para a área da educação, especialmente voltadas a expansão da educação superior com qualidade e promoção da inclusão social (MOTA, 2008). Neste sentido, a UAB se caracteriza por meio da reafirmação de um plano estratégico da educação superior e do desenvolvimento tecnológico e científico para o crescimento sustentado no país.

A Universidade Aberta do Brasil tem como intuito expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no Brasil, principalmente nas regiões necessitadas. Pacheco (2010) relata que o pressuposto básico da UAB é a inclusão social e consequentemente o acesso à cidadania social pela educação superior, observando necessariamente os critérios de qualidade e competitividade. A educação na sociedade está se transformando e em determinados instantes se desenvolvendo de modo a responder a esta nova demanda de educação, na modalidade à distância. Segundo Belloni (2003) e Aretio (2002), a educação a distância aparece cada vez mais, no contexto das sociedades contemporâneas, como uma modalidade de educação extremamente adequada e desejável para atender às novas demandas educacionais decorrentes das mudanças na nova ordem econômica mundial.

Apesar da expansão dos programas e cursos ofertados na UAB desde sua criação, e o aumento consequentemente do número de alunos cursando o ensino básico e superior, há a necessidade de analisar os seus objetivos, uma vez que ela foca principalmente no aspecto quantitativo – formação em massa, deixando um pouco de lado a qualidade do que é ensino e quem ensina, conforme afirmam Zuin (2006), Costa (2007) e Segenreich (2009). Diante deste contexto, o artigo teve como objetivo apresentar uma análise crítica sobre a Universidade Aberta do Brasil.

2 UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL (UAB)

O marco teórico do presente artigo está estruturado abordando as principais informações da Universidade Aberta do Brasil, partindo da regulamentação da educação à distância, que originou a UAB, seguindo dos seus objetivos, da estrutura e dos eixos que sustentam este sistema educacional no país.

Desde a aprovação da LDB de 1996, a implantação do Ensino a Distância (EaD) está regulamentada em todas as modalidades e níveis de ensino sendo classificada para as instituições de educação como uma forma de extensão. Tal regulamentação possibilitou as instituições de ensino o desenvolvimento de cursos em várias modalidades, incorporando diferentes conteúdos além de procedimentos de avaliação e práticas pedagógicas (COELHO, 2009).

Os primeiros passos da Universidade Aberta do Brasil começaram a ser dados em Agosto de 2005, em um curso piloto de Administração que passou a ser desenvolvido. O objetivo era que a UAB ofertasse inicialmente cerca de 3 mil vagas, em que seriam destinadas 500 vagas por estado, sendo 20% para a comunidade e 80% para as entidades patrocinadoras, neste caso o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. Ao final do processo, o curso

envolveu 18 universidades federais e gerou aproximadamente 10 mil vagas, superando substancialmente as metas iniciais (SEGENREICH, 2009).

Nove anos após a promulgação da LDB de 1996, em 19 de Dezembro de 2005, a EaD foi finalmente regulamentada pelo Decreto nº 5.622 (BRASIL, 2005). Tal decreto deu forças para que em 8 de Junho de 2006 a Universidade Aberta do Brasil fosse instituída por meio do Decreto nº 5.800, voltada para o desenvolvimento do ensino superior à distância com o propósito de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de ensino superior no Brasil.

A UAB foi instituída tendo como preceito sete objetivos:

- a) oferecer de maneira prioritária, para professores de educação básica, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada;
- b) oferecer cursos para gestores e funcionários da educação básica dos Estados, Municípios e Distrito Federal visando a capacitação superior;
- c) oferecer, nas diferentes áreas de conhecimento, cursos superiores;
- d) expandir o acesso para o ensino superior público;
- e) reduzir as desigualdades entre todas as regiões do país no que tange a oferta do ensino superior;
- f) instituir amplo sistema educacional superior, na modalidade à distância;
- g) fomentar o desenvolvimento da EaD no país (BRASIL, 2006).

Segundo o MEC (2010), a UAB é um programa de responsabilidade da Diretoria de Educação à Distância (DED), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES) em parceria com a Secretaria de Educação à Distância (SEED) do Ministério da Educação e Cultura (MEC). A UAB consiste em um sistema integrado composto por universidades públicas que visa fornecer cursos de nível superior para parcelas da população que encontram dificuldades para cursá-los presencialmente, seja por falta de oportunidade em suas respectivas regiões ou por falta de condições financeiras, utilizando para isto a metodologia da educação à distância.

Por este motivo o sistema UAB tem por intuito expandir e interiorizar a oferta do ensino superior no país. Além disso, ele propicia uma articulação entre os três níveis governamentais, Federal, Estadual e Municipal com as universidades públicas, visando atender as demandas locais por educação superior. São estas medidas que determinam qual instituição de ensino superior é responsável por ministrar determinados cursos em municípios ou microrregiões definidas por meio dos pólos de apoio presencial, conforme apresentado na Figura 1 a seguir.

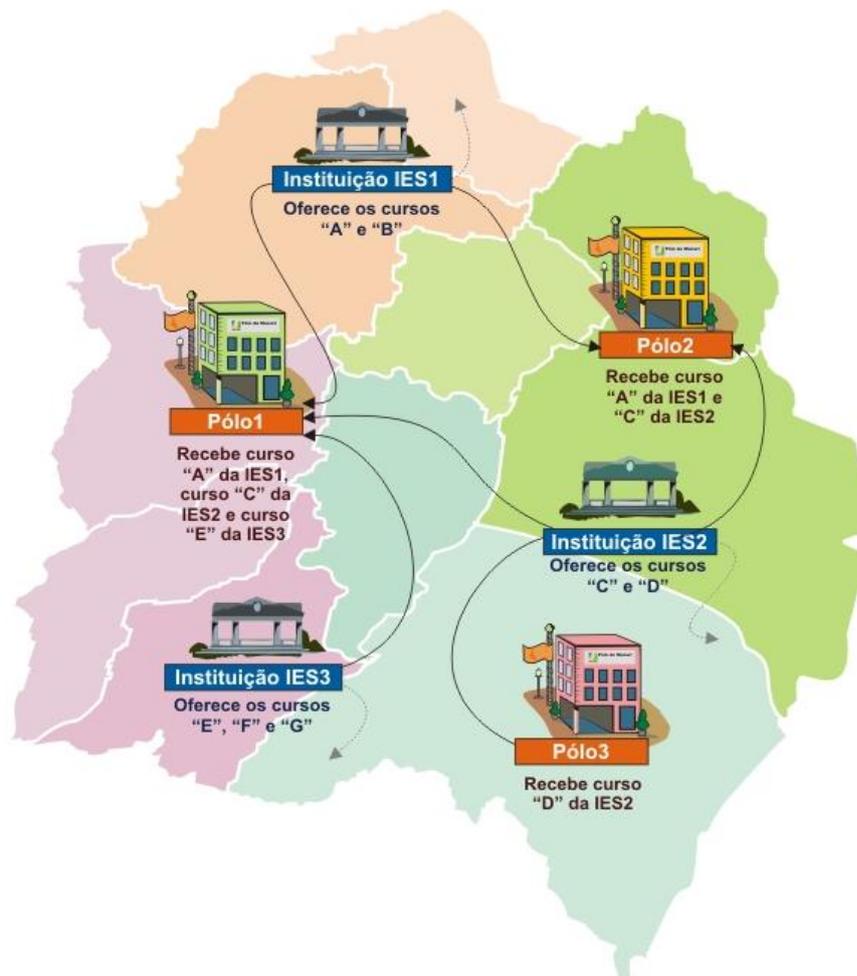


Figura 1: Estrutura de Funcionamento da Universidade Aberta do Brasil
 Fonte: MEC (2010)

O Sistema UAB é responsável por fomentar as ações que assegurem o bom funcionamento dos cursos oferecidos, como: a produção e a distribuição de todo o material didático utilizado; compra de livros para as bibliotecas; utilização de tecnologias da informação e comunicações para facilitar a interação entre os professores, tutores e alunos; compra de laboratórios pedagógicos; investimento na infraestrutura dos núcleos de EaD das instituições que aderirem ao programa; capacitação dos profissionais; acompanhamento dos pólos de apoio presencial; e encontros presenciais visando o desenvolvimento do EaD.

Como uma de suas prioridades, a UAB visa facilitar o acesso ao ensino superior para os professores da educação básica, auxiliando na requalificação destes profissionais. E, por conseguinte, fortalecer o ensino da educação básica nos interiores do país, além de evitar a migração em busca de educação superior para as grandes cidades. A UAB está sustentada sobre cinco eixos fundamentais.

- a) Expansão da educação pública superior, em consonância com as metas do Plano Nacional da Educação;
- b) Aprimoramento dos processos de gestão das instituições de ensino superior;
- c) Avaliação dos cursos superiores na modalidade EaD no país;
- d) Incentivo as Pesquisas sobre a educação superior à distância no país; e
- e) Financiamento dos processos de implantação, execução e capacitação de recursos humanos em cursos superiores na modalidade de EaD.

As seguintes modalidades de ensino são ofertadas pela UAB: Bacharelados, Licenciaturas, Tecnólogo e Especializações, com formação voltada para os professores da educação básica da rede pública; Especializações do Programa Mídias na Educação, visando à formação continuada voltada ao uso pedagógico da educação à distância, usando a tecnologia da informação e comunicações como referência; Graduação em Biblioteconomia; Especializações para Professores; e o Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP), nas modalidades de graduação e pós-graduação, com o objetivo de criar um perfil nacional do administrador público.

O Sistema UAB atendeu milhares de alunos. Dentre junho de 2005 e junho de 2013, forma matriculados 240.069 estudantes nos 977 cursos ofertados em 103 IES (Instituições de Ensino Superior) participantes. Porém, o número de alunos que concluíram os cursos é 77.558 (FERREIRA & CARNEIRO, 2013). A proporção entre ingressos e egressos é de 32,3%.

As avaliações do Sistema UAB acontecem de duas maneiras, externas e *in loco*. As avaliações externas são realizadas pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC) e pelo INEP. As avaliações *in loco* acontecem por professores devidamente qualificados que irão encaminhar as sugestões de melhoramento para a Diretoria de Educação a Distância da CAPES (BRASIL, 2009).

3 METODOLOGIA

Os aspectos metodológicos na confecção deste artigo adotam a tipologia da pesquisa realizada seguida da técnica de coleta de dados utilizada assim como a análise e tratamento dos dados coletados. Por fim, são apresentadas as limitações para a realização do estudo.

Neste artigo, em função do objetivo final, o trabalho foi concebido como uma pesquisa exploratória e qualitativa. Segundo Gil (1995), as pesquisas exploratórias são desenvolvidas com objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo. Tal estudo se caracteriza como exploratório por buscar analisar criticamente a Democratização da Educação Superior no Brasil por meio da Universidade Aberta do Brasil (UAB). A abordagem qualitativa se deu devido à compreensão e a interpretação dos dados colhidos por meio de pesquisa documental e bibliográfica a respeito do presente tema.

A coleta de dados foi estruturada por meio da pesquisa documental ou de fonte primária, que na definição de Marconi e Lakatos (1990), se caracteriza em uma fonte de coleta de dados restrita a documentos. Dessa forma, como fontes primárias foram utilizados documentos tais como relatórios de gestão do Governo Federal referente a UAB, Decretos, e documentos do Ministério da Educação. A pesquisa bibliográfica ou de fonte secundária também se fez presente. Tal pesquisa se deu por meio da coleta de material já elaborado e publicado sobre o tema da pesquisa como publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, artigos, dissertações e teses.

As limitações do estudo estão relacionadas ao setor escolhido, o educacional, que é um setor muito problemático devido a uma série de fatores conjunturais e até mesmo estruturais do país. Se a pesquisa abordasse todos eles, tanto ao nível qualitativo como quantitativo, com certeza seria um estudo interminável, até porque o objetivo do presente trabalho não é este. Com relação à coleta de dados, a limitação se deu na disponibilidade e confiabilidade dos dados, pois quem os torna públicos é o próprio governo que é também a organização criadora dos projetos a serem analisados, podendo abrir margem para discussão dos dados disponíveis ou até da veracidade dos mesmos e da influencia política e partidária sobre a publicação dos dados.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção são apresentados os dados referentes à Universidade Aberta do Brasil atualmente, bem como os projetos de expansão futuros. Posteriormente são listadas as maiores fragilidades observadas no sistema, finalizando com o maior impasse existente neste segmento educacional, que é o crescimento quantitativo ante o crescimento qualitativo.

4.1 EaD/UAB ontem, hoje e os planos para o futuro

A UAB, de acordo com dados de junho de 2013, contava com 103 instituições participantes, dentre as universidades federais, estaduais e IF (Institutos Federais). Em junho de 2013, 240.069 alunos se matricularam em um dos 977 cursos ofertados.

O crescimento de números de matrículas em EaD vem crescendo no Brasil nos últimos anos. Este valor de matrículas em todos os âmbitos do Ensino à Distância é apresentado no Gráfico 1, dentre os anos 2001 e 2009, são apresentados no gráfico a seguir.

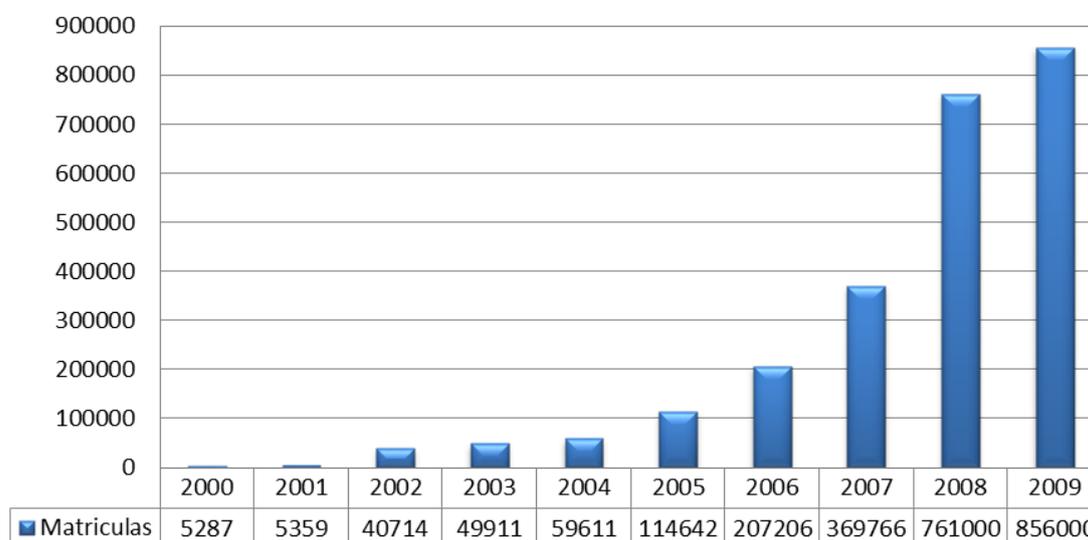


Gráfico 1: Variação de matrículas em EaD

Fonte: adaptado de Bielschowsky (2010, p. 2)

Já o número de alunos, separados por tipo de curso, número de formandos e instituições participantes é apresentado na tabela a seguir.

Nível do curso	IES	Cursos	Estudantes Quantidades	Matriculados %	Estudantes Concluintes
Aperfeiçoamento	47	182	15.100	6,3	22.630
Bacharelado	56	92	32.393	13,5	3.193
Especialização	76	304	59.123	24,6	32.230
Extensão	30	64	6.408	2,7	2.356
Formação Pedagógica	5	10	553	0,2	89
Licenciatura	77	309	118.720	49,5	15.325
Sequencial	2	2	926	0,4	258
Tecnólogo	13	14	6.846	2,9	1.477

Totais	103	977	240.069	100,0	77.558
---------------	------------	------------	----------------	--------------	---------------

Tabela 1. Quantidade de IES, cursos e alunos matriculados e concluintes, no Sistema UAB (junho/2013)

Fonte: SISUab; FERREIRA & CARNEIRO, 2013.

Embora a UAB apresente um expressivo desempenho quantitativo, a referida política também possui pontos fracos. Visando evidenciá-los, a próxima seção descreve as fragilidades da UAB, utilizando como referência estudos já publicados sobre o tema.

4.2 Fragilidades da UAB

Coelho (2009) discorda da expansão da UAB visando cumprir um papel social, por dois motivos: a formação superior não é garantia de emprego e; ela não deve ser pensada como um instrumento de regulação social por meio de uma política social compensatória, focada apenas nos mais pobres. Seria, portanto, um modelo de política pública. Rua (2009) concorda ao afirmar que Política pública é o resultado de um processamento de demandas internas e externas pelo sistema político. As políticas públicas nascem para auxiliar no diagnóstico e no tratamento de problemas públicos.

Um dos propósitos da UAB é democratizar a educação superior, principalmente no interior do Brasil. O Sistema UAB é um instrumento eficaz nesse processo, ao incentivar o desenvolvimento de municípios com baixo IDH (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), o que fortalece o papel das instituições de ensino nessas regiões. (UAB/CAPES, 2014; FERREIRA & CARNEIRO, 2013; FERRUGINI et. al. 2013).

É necessário expandir a educação superior à distância no Brasil, mas é imprescindível que esta expansão seja feita com qualidade, conforme afirma Costa (2007). Antes de pensar na implantação e na expansão de tal modalidade de ensino, algumas variáveis devem ser consideradas: pelo motivo dos professores e alunos atuarem fisicamente distantes, é indispensável uma boa mediação de tutoria; o estudante precisará de um apoio descentralizado completo; e principalmente o aluno deve ser enxergado como o centro pedagógico.

Os pólos, por sua vez, devem fornecer apoio acadêmico e administrativo aos alunos, possuindo a disposição computadores com acesso a internet, salas para encontros presenciais, espaços pedagógicos (sobretudo para os estágios supervisionados), entre outros. Alguns elementos merecem ser destacados devido a sua importância em todo o processo, tais como a organização curricular, o material didático utilizado, as tutorias (presenciais e à distância), a infraestrutura que vai servir para que seja realizada a comunicação e mediação pedagógica, a equipe multidisciplinar, a avaliação e o pessoal.

É importante ressaltar o impacto social da UAB para sociedade. Para Dourado (2008), é preciso que seja rompida a dicotomia entre ensino presencial e ensino à distância. Para o pesquisador, é necessário que haja um projeto pedagógico que garanta sólida formação teórico-prática do discente, e não o simples uso fetichista da tecnologia empregada na educação.

Esse rompimento ocorreria por políticas articuladas e passaria, inclusive, pelo plano pedagógico dos cursos. Gomes (2013) reitera a importância do ensino à Distância justamente como um importante meio de atender às demandas sociais e promover o exercício da cidadania.

É fundamental que os prefeitos e governadores estaduais, ao identificarem a necessidade e a possibilidade da implantação de um pólo da UAB, realizem as propostas e encaminhem ao Governo Federal. Da mesma forma, as instituições de ensino participantes devem se atentar nas proposições de cursos superiores relevantes para o desenvolvimento do país. Caberá então, ao governo (municipal ou estadual) se responsabilizar por toda estrutura física e

peçoal de apoio do pólo presencial, enquanto o MEC deverá se responsabilizar pelo custeio total dos cursos, incluindo o pagamento de bolsas para os docentes e tutores além das despesas físicas ocasionadas pelo projeto nas instituições de ensino superior participantes.

4.3 Crescimento quantitativo ante as demandas qualitativas

Muito tem se discutido em relação ao primeiro objetivo para a criação da UAB, que é a formação e capacitação de professores visando à melhoria da qualidade na rede pública de ensino da educação básica. Dourado (2008) defende que não se deve diminuir a necessidade de desenvolver políticas voltadas para a garantia da qualidade de ensino, que inicia pela educação básica. Desta forma, a integração entre o ensino superior e o ensino público objetivando a formação de professores acaba por ser benéfica para o desenvolvimento da educação no país.

Freitas (2007) acredita que é necessário avançar com certa cautela, tendo em vista que de acordo com as políticas implantadas a grande maioria dos professores vai obter sua formação superior nas instituições privadas, como bolsistas do Prouni, ou por meio da UAB. A oferta dos cursos superiores a distância por meio desta articulação entre os níveis governamentais e as instituições públicas é um grande passo, tendo em vista que tal educação há uns anos atrás era explorada com um caráter mercadológico. Entretanto, não se deve utilizar tal política como uma iniciativa de massificação de formação intelectual buscando apenas cumprir as metas estatísticas estipuladas. A expansão deverá ocorrer não apenas de maneira quantitativa, mas também qualitativa, tendo em vista que os professores formados por meio dos atuais programas do governo federal serão responsáveis pela formação dos jovens que irão compor o país em um futuro próximo (FREITAS, 2007).

A qualidade também é um tema defendido por Segenreich (2009). Para a autora, a UAB deveria ter sido concebida como um projeto educacional, no entanto foi concebida como uma política pública agressiva de aumento meramente quantitativo do número de vagas na rede pública do ensino superior, tendo como base os números que ela se propõe a alcançar e a forma de adesão que ela adota. De acordo com a autora, no formulário de avaliação dos pólos, composto por 19 páginas, o mobiliário e os equipamentos recebem uma atenção ímpar. No entanto, é dedicada apenas meia página para especificação da equipe de apoio ao estudante e dos recursos da tutoria, o que gera um impacto negativo, tendo em vista que os mesmos possuem um papel fundamental para a qualidade do ensino que é fornecido, e por este motivo deveriam ser avaliados de maneira minuciosa.

Zuin (2006) complementa este raciocínio ao identificar os pólos de apoio presenciais como elementos fundamentais para o progresso do processo educacional à distância, além de ressaltar a importância imprescindível do tutor, tendo em vista que várias pesquisas apontam que os motivos que levam um aluno da educação a distância a abandonar o curso se dão porque eles não conseguem assimilar o conteúdo aprendido e se sentem desmotivados para continuar com o estudo.

Por fim, apesar do programa UAB ser considerado uma política de expansão e democratização da educação superior no Brasil, há questões que devem ser melhor avaliadas. O foco principal do programa está no aspecto quantitativo, à formação em massa. No entanto, a efetividade do programa deve consistir na adoção do aspecto quantitativo e do qualitativo, referente à qualidade do que é ensinado e como é ensinado, deste modo o programa produzirá um profissional de qualidade, apto a exercer determinadas atividades no mercado de trabalho, seja atuando na educação ou em outras áreas.

A UAB, pela ótica de agente de política pública, tem direto impacto sobre a população brasileira. Isto pode ser observado ante o número de turmas, alunos e instituições de ensino participantes, conforme já observado na Tabela 1.

Desta forma, avaliar qualitativamente os resultados dos cursos torna-se de vital importância. Observa-se que as avaliações de cursos EAD publicadas nos últimos cinco anos (ESPARTEL, 2009; BENFATTI & STANO, 2010; SOUZA & REINERT, 2010; NUNES et. al., 2013; PACHECO et. al., 2013; FERRUGINI et. al., 2013; ISHIDA, STEFANO & ANDRADE, 2013; PEREIRA et. al., 2013) tendem a avaliar os cursos sob a perspectiva da satisfação do aluno diante do curso, e mesmo assim, não há uma unicidade de avaliações.

Para Pinto Júnior e Nogueira (2014), avaliar os resultados da implementação dos cursos da UAB é importante para responder aos questionamentos do atual sistema educacional brasileiro. Importante para verificar se este realmente garantindo acesso à educação para todos brasileiros, principalmente para os em situação de maior fragilidade ou exclusão.

Acredita-se que uma avaliação do sistema, como um todo, pode apresentar mais informações e proporcionar a criação de uma mapa mais amplo de oportunidades e maiores dificuldades. Sugere-se que o modelo de avaliação perpassasse por Dourado (2008) – um projeto pedagógico que garanta sólida formação teórico-prática do discente, e não do uso fetichista da tecnologia; e Pinto Júnior e Nogueira (2014) – avaliação de políticas públicas com o objetivo de garantir educação em detrimento da instrumentalização do capital.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da confirmação do Sistema da Universidade Aberta do Brasil como uma política responsável para a democratização e expansão da educação ser uma estratégia viável, ela necessita ser avaliada constantemente em prol de atribuir maior qualidade e efetividade aos objetivos que se propõem. Neste aspecto, esta pesquisa teve como objetivo apresentar algumas críticas acerca da Universidade Aberta do Brasil, com intuito de agregar um pouco para a discussão e enriquecimento do tema.

Puderam-se observar algumas fragilidades e deficiências no sistema UAB, mas buscando a evolução, sobretudo no que tange a qualidade dos cursos e do ensino ofertado, a Universidade Aberta do Brasil é um grande passo rumo à democratização da educação superior no Brasil, principalmente nas regiões onde a oferta da educação superior é escassa. Costa (2007) ressalta a importância de se observar que 90% dos pólos selecionados estão localizados em municípios com menos de 100.000 habitantes e que dificilmente teriam uma universidade implantada. Lemgruber (2008) complementa ao analisar que muitas pessoas enxergam à educação a distância como uma forma educacional inferior, mas a média de um tutor presencial para cada 25 alunos indicada pelo MEC atende perfeitamente os requisitos de qualidade de um curso à distância.

Maia, Dantas e Schneider (2009) ressaltam que a estrutura da UAB permite uma atuação com mais flexibilidade e autonomia voltada às necessidades de cada estado ou município, tendo em vista que as demandas são apresentadas pelas próprias regiões. No entanto, para que o programa cumpra os seus objetivos, é necessário que os projetos pedagógicos sejam elaborados tendo como base tecnologias eficientes. Os autores acreditam que os princípios da UAB estão adequados diretamente a democratização do ensino brasileiro à medida que prioriza a democracia nas decisões, a transparência nos atos administrativos e por fim a cooperação entre as entidades participantes.

Finalmente, uma avaliação do sistema como um todo pode apresentar mais informações e proporcionar a criação de uma mapa mais amplo de oportunidades e maiores dificuldades. Como isso, recomenda-se que o modelo de avaliação perpassasse por Gomes (2013) – demandas sociais e exercício da cidadania e não do uso da tecnologia como modalidade; por Dourado (2008) – um projeto pedagógico que garanta sólida formação teórico-prática do discente, e não do uso fetichista da tecnologia; e por Pinto Júnior e

Nogueira (2014) – avaliação de políticas públicas com o objetivo de garantir educação em detrimento da instrumentalização do capital, ou seja, tenha como objetivo o desenvolvimento da comunidade e da sociedade de maneira ampla e geral.

REFERÊNCIAS

ARETIO, Lorenzo García. **La educación a distancia: de la teoría a la práctica**. Barcelona: Ariel. 2002.

BELLONI, Maria Luiza. **Educação a distância**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

BENFATTI, E. F. S. S.; STANO, R. C. M. T.; **Utilização da tecnologia em Educação a Distância na formação de engenheiros de produção da Universidade Federal de Itajubá: uma avaliação educacional**. Gest. Prod. São Carlos, v. 17, n. 2, p.433-446. 2010.

BIELSCHOWSKY, C. **Algumas considerações sobre Educação a Distância para os próximos anos**. VIII Seminário Nacional do Reuni: Universidades Federais: Consolidação e Expansão 2011-2020: subsídios para o Plano Nacional de Educação. Brasília. 27 a 29 de Jan. 2010.

BRASIL. Decreto n.º 5.622, de 19 de dezembro de 2005. **Regulamenta o artigo 80 da Lei n. 9394/96**. Diário Oficial da União, Brasília, 20 de dezembro de 2005.

_____. Decreto n.º 5.800, de 08 de Junho de 2006. **Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 09 Jun. 2006.

_____. TCU. **Auditoria operacional no Programa Universidade para Todos (ProUni) e no Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES)** / Relator Ministro José Jorge – Brasília : Tribunal de Contas da União. 2009.

COELHO, M. de L. **Reflexões sobre a expansão universitária através dos programas UAB e REUNI, no uso da modalidade educacional à distância**. Anais, 15º Congresso Internacional ABED de Educação à Distância, Fortaleza. 27 a 30 de Set. 2009.

COSTA, C. J. **Modelos de Educação Superior a Distância e implementação da Universidade Aberta do Brasil**. Revista Brasileira de Informática na Educação, v. 15, p. 09-16, 2007.

DOURADO, L. F. **Políticas e gestão da educação superior à distância: novos marcos regulatórios?** Educação e Sociedade, Campinas, v. 29, p. 891-917, 2008.

ESPARTEL, L.B. **O uso da opinião dos egressos como ferramenta de avaliação de cursos: o caso de uma instituição de ensino superior catarinense**. Revista Alcance – Eletrônica, v. 16, n.º 01, UNIVALI, p. 102 – 114. jan/abr. 2009.

FERREIRA, M; CARNEIRO, T.C.J. **A Institucionalização da Educação à Distância no Ensino Superior Público Brasileiro: Análise do Sistema Universidade Aberta do Brasil** . XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas. Florianópolis, SC. 2013.

FERRUGINI, L.; LEANDRO SOUZA, D.; SIQUEIRA, M.; CARVALHO CASTRO, C. A. **Educação à Distância Como Política de Inclusão: Um Estudo Exploratório nos Polos do Sistema Universidade Aberta do Brasil em Minas Gerais**. Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL, vol. 6, núm. 2, abril-mayo, 2013, pp. 1-21. UFSC, Santa Catarina, Florianópolis. 2013.

FREITAS, H. C. L. **A (nova) política de formação de professores: a prioridade postergada**. Revista Educação & Sociedade. CEDES, VOL.28, N. 100 – Especial, pp.1203-1230, Out de 2007.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1995.

ISHIDA, J. S.; STEFANO, S. R.; ANDRADE, S. M. Avaliação da satisfação no ensino de pós à distância: a visão dos tutores e alunos do PNAP/UAB. **Revista da Avaliação da Educação Superior**. Campinas; Sorocaba, SP, V. 18, N. 3, Nov. 2013. p. 749-772.

LEMGRUBER, M. S. **Educação a distância: para além dos caixas eletrônicos**. Revista Sinpro-Rio, v. 02, p. 42-49, 2008.

MAIA, F. B; DANTAS, L. S. T.; SCHNEIDER, H. N. **A Universidade Aberta do Brasil (UAB) e a formação superior a distância: potencialidades e ameaças no cenário do Estado de Sergipe**. Anais, VI Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância (ESuD), São Luiz. 2 a 4 de Nov. 2009.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E.M. **Técnicas de Pesquisa**. 2ed. São Paulo: Editora Atlas, 1990.

MEC. **Universidade Aberta do Brasil**. Brasília. 2010. Disponível em: <<http://uab.capes.gov.br>>. Acesso em: 25 de Maio de 2014.

MOTA, R. A Universidade Aberta do Brasil. In: LITTO, F. M.; FORMIGA, M. M. M. (orgs). **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

NUNES, C. S [et al.] - **O impacto da formação de bacharéis em administração através do sistema Universidade Aberta do Brasil [Em linha]: um estudo de caso nas cidades Polo do Paraná**. In Colóquio Luso-Brasileiro de Educação a Distância e Elearning, 3, Lisboa, 2013. "Colóquio Luso-Brasileiro...: atas". Lisboa: Universidade Aberta. ISBN 978-972-674-738-3. p.1-16 LEAD, 2014.

PACHECO, Andressa Sasaki Vasques. 2010. **Evasão e permanência dos estudantes de um curso de administração do sistema Universidade Aberta do Brasil: uma teoria fundamentada em fatos e na gestão do conhecimento**. 298f. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

PEREIRA, A. R. PACHECO, A. S. V.; FIATES, G. G. S.; ANDRESSA SASAKI VASQUES PACHECO; FIATES, G. G. S. **Perfil dos egressos do curso de administração EAD/UFSC/UAB e a consonância com a política educacional de EAD**. In Colóquio Luso-

Brasileiro de Educação a Distância e Elearning, 3, "Colóquio Luso-Brasileiro...: atas". Lisboa: Universidade Aberta. LEAD, 2014. ISBN 978-972-674-738-3. p. 1-5. Lisboa, 2013.

PINTO JUNIOR, G. C.; NOGUEIRA, V. M. R. **Programa Universidade Aberta do Brasil: aspectos relevantes na construção de uma metodologia para avaliar sua implementação.** Revista da Avaliação da Educação Superior. Vol. 19, Núm. 1. p. 227-249. Marzo, 2014.

RUA, M. G. (2009). **Política Públicas.** Especialização em Gestão Pública. Florianópolis. Departamento de Ciências da Administração. UFSC: CAPES: UAB, 2009.

SEGENREICH, S. C. D. **ProUni e UAB como estratégias de EAD na expansão do ensino superior.** Pro-Prosições, vol.20, no.2, 2009, p.205-222.

SOUZA, S. A.; REINERT, J. N. **Avaliação de um curso de ensino superior através da satisfação/insatisfação discente.** Revista da Avaliação da Educação Superior. Campinas; Sorocaba, SP, v. 15, n. 1. p. 159-176. Mar. 2010.

ZUIN, A. A. S. **Educação a Distância ou Educação Distante? O Programa Universidade Aberta do Brasil, o tutor e o professor virtual.** In: Educação e Sociedade. Campinas, v. 27, nº 96, out./2006, p. 935-954.